PARECER Nº 076/2017 PROCESSO N° 203/2017

RECEBIDO EM ago 2017 10:19

**Bento Gonçaives** 

OSenhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Econômica Projeto de Lei nº 162, de 14 de agosto de 2017, que " AUTORIZA O MUNICÍPIO A ALIENAR IMÓVEIS".

O Município é legítimo proprietário dos imóveis descritos no artigo primeiro do projeto de lei em questão, e por se tratarem de imóveis sem utilidade para o Município, bem como por não haver demanda para implantação de equipamento público, optou-se por aliená-los, a fim de que com os recursos advindos da alienação, o Município possa destinar à despesa de capital e/ou regime de previdência próprio dos servidores publicos, de acordo com o artigo 44 da Lei Complementar nº 101/2000.

> A alienação encontra amparo legal no artigo 17, inciso I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações que assim dispõe:

> Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

> I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência.

> A Lei Orgânica do Município, também dispõe, em seu artigo 31, VI, que compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, "votar leis que disponham sobre alienação e aquisição de bens imóveis".

Atendidos os preceitos legais, esta Assessoria Econômica entende que a matéria tem condições de tramitação e votação.

É o parecer.

PALÁCIO 11 DE OUTUBRO, 18 de agosto de2017.

Corecon-RS 7836

Av. Dr. Casagrande, 270 - Caixa Postal 351 - Bento Gonçalves / RS - CEP 95700-342 Fone: 54 2105.9700 - E-mail: camarabento@camarabento.rs.gov.br